



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM PSICOLOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E II

**OS IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA À
LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

**CARLOS EDUARDO DANTAS DE LIMA E MARIA ISABEL DA COSTA
RODRIGUES BEZERRA**

ORIENTADORA: KARINA CARVALHO VERAS DE SOUZA

NATAL - RN

2024

Resumo

Na origem da sociogênese brasileira, o racismo contra a população negra é elemento constituinte do processo de formação sócio-histórica nacional, portanto tornando-se produtor de marcas significativas as quais ainda atravessam os corpos negros. Tais impactos atravessam séculos e permanecem engendrados na estrutura social brasileira contemporânea em virtude dos mais diversos dispositivos utilizados pelo pacto da branquitude o qual busca conservar os privilégios coloniais. Esta pesquisa, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e produções decoloniais, visa discutir como o racismo impacta na subjetividade da população negra. Utilizaram-se, para isso, uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de revisão bibliográfica com artigos, dissertações e livros. Diante da pesquisa teórica, foi constatado que a população negra, por não ser contemplada na ideação do ser humano padronizado – a figura do “branco” –, perpassa pelo desenvolvimento, interiorizante, da construção de um sentimento de inferioridade, juntamente à culpa, por não responder a este suposto ideal. Cotidianamente expostos às micro agressões nas diversas áreas do convívio social e construídas por estigmas sociais durante a época da escravidão, produz mesmo que de forma inconsciente, sentimentos de auto-ódio, entrando em um processo de desintegração de sua personalidade, seja negando suas raízes sócio-históricas, seja aproximando-se das ideias do grupo dominante, em busca de “embranquecer-se”. Portanto, discutir sobre o racismo é mais que apontar a raiz das desigualdades sociais, mas é também sobre as complexidades e os conflitos psíquicos ocasionados por ele, pois, a partir desta estrutura, há a deturpação da identidade social do “negro”, ao qual prejudica sua saúde mental e afeta sua auto-estima.

Palavras-chave: Racismo, Saúde Mental, População Negra, Psicologia Histórico-Cultural.

1. Introdução

A Teoria Histórico-Cultural tem suas bases na revolução Russa de 1917, em que sob a ótica marxista, desejava-se construir, para além de uma nova ordem societária, um novo modo de fazer ciência, e, conseqüentemente, uma nova forma de percepção do sujeito. Lev Vygotsky surge neste contexto na construção de uma “teoria geral” da ciência psicológica como forma de superação da crise em que a área se encontrava a partir de dois eixos contrastantes: a objetivista (behaviorismo) e a idealista (psicanálise, humanista-existencial). Na sua percepção, esta cisão reforçava o dualismo de mente-corpo, natureza-cultura e consciência-atividade. Diante desta realidade, ele propôs, então, uma nova psicologia que, baseada no método materialista histórico-dialético, pretende “caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formam ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida do indivíduo” (VYGOTSKY, 1996, *apud* LUCCHI, 2006, p. 5).

Portanto, a Psicologia Histórico-Cultural concebe a psique humana como síntese que cada indivíduo constrói a partir da cultura, das relações interpessoais e da herança filogenética. O desenvolvimento do ser humano é entendido pela teoria a partir dos processos: da filogênese (origem da espécie) para a sociogênese (origem da sociedade); da sociogênese para a ontogênese (origem do homem) e da ontogênese para a microgênese (origem do indivíduo único). Na sociogênese, é constituída – pelas relações sociais – a cultura de uma sociedade em que, a partir dela, o nosso psiquismo é construído e desenvolvido; ou seja, na subjetividade constrói-se uma relação histórico-dialética com a materialidade, portanto entendendo que o fenômeno social é produtor de subjetividade. Sob essa ótica, compreendemos que “O fenômeno social é produzido na relação dinâmica entre suas múltiplas determinações, em última instância, suas bases objetivas e suas bases subjetivas” (BOCK, 2009, p. 145 *apud* MATSUMOTO; AMARAL, 2021, p. 4).

Na origem da sociogênese brasileira, o racismo contra a população negra, a partir da invasão colonialista portuguesa, é um elemento constituinte do processo de formação sócio-histórica nacional, portanto tornou-se produtor de marcas significativas as quais ainda atravessam corpos negros. Tais impactos – físicos, subjetivos, simbólicos – atravessaram séculos e permaneceram engendrados na estrutura social brasileira contemporânea em virtude das mais diversas tecnologias utilizadas pela branquidade – como o genocídio, higienismo, eugenismo, embranquecimento, etc. –, na perspectiva de conservar o núcleo colonial e, com ele, a manutenção de privilégios históricos.

[...] as colônias, zonas de fronteira, “terras de ninguém”, são a imagem da desordem e da loucura. Não somente porque lhes falte algo parecido com o Estado, mas, sobretudo, porque lhes falta a razão materializada na imagem do homem europeu. Não se poderia considerar que algo controlado por seres tidos como selvagens pudesse organizar-se na forma de “Estado” soberano (ALMEIDA, 2018, p. 120).

Neste arranjo social, observa-se os grupos minoritários – indígenas e negros – sempre em posição de controle, domínio, em detrimento de condições impositivas estabelecidas com o consentimento explícito de todas as esferas sociais – incluindo a ciência. Isso só foi possível porque, segundo Achille Mbembe (2016), o racismo

possibilitou se construir uma relação positiva com o sofrimento, angústia, morte, de pessoas racialmente identificadas. Desse modo, ante aviltamento e genocídio sistemáticos, pessoas negras e indígenas foram intensamente desumanizadas no decorrer da história do Brasil. Estas práticas de opressão históricas e contemporâneas, se enlaçam para configurar destruições culturais, sociais e subjetivas, especificamente com a população negra:

O fato concreto, nenhuma retórica acadêmica pode apagar: o negro no Brasil está sendo rapidamente liquidado nas malhas difusas, dissimuladas, sutis e paternalistas do genocídio mais cruel dos nossos tempos. Uma técnica genocida de fazer inveja a Salazar. Vorster e Smith (NASCIMENTO, 2016, p. 96).

Apesar dos mecanismos coercitivos construídos no período colonial de forma escancarada, o Estado ainda tentou minimizar os impactos por intermédio do esforço em divulgar o ideal harmonioso entre pessoas de diferentes raças a partir do conceito de “democracia racial” do escritor brasileiro Gilberto Freyre com respaldo da teoria lusotropicalista de base eugenista, durante o processo de abolição da escravidão. Para ele, as relações sociais do Brasil eram sustentadas por um clima agradável baseado no paraíso racial nas terras colonizadas, portanto não haveria como existir o racismo. Percebe-se, portanto, a ciência – medicina, psiquiatria, psicologia, filosofia, etc. – como um apoio às atrocidades causadas pelo colonialismo em omitir as feridas da discriminação.

Devemos compreender *democracia racial* como o significado a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país [...] (NASCIMENTO, 2016, p. 122).

Entretanto, ao analisar-se historicamente, a Lei Áurea não contemplou meios de reparação às agressões sofridas ou de garantia de direitos básicos, pois ela apenas pôs fim a escravidão – por interesses econômicos e políticos de produção de mão de obra barata e de público para mercado –, e abandonou a população negra à pobreza, à marginalização e à ausência de liberdade tangível. “Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram

concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira” (NASCIMENTO, 2016, p. 71). Por mais que a escravidão a partir do 13 de maio de 1888 fosse proibida, o preconceito, a discriminação e o não reconhecimento de pessoas pretas como seres humanos não desapareceram automaticamente do imaginário social brasileiro. Estigmas relacionados a estes corpos persistiram e estas representações, mediadoras das relações sociais e da cultura brasileira, construíram um sentimento histórico e coletivo de inferioridade e não-pertencimento à categoria de “humano”.

Cida Bento (2022), psicóloga e pesquisadora brasileira, evidencia a quebra deste ideal da democracia racial, ao qual a perpetuação do poder na branquitude nas instituições (públicas ou privadas) foram - e continuam sendo - transmitidas através de um pacto de cumplicidade não verbalizado e o fortalecimento de uma ideia do “branco” enquanto o normal e o padrão de ser humano, tudo isto visando a manutenção destes poderes sociais, políticos, econômicos, etc., até que seus iguais os substituam. Este pacto fundamenta formas implícitas de exclusão da população negra, pois estas instituições são reprodutoras, consciente ou inconscientemente, do racismo estrutural, construído por um processo histórico e político o qual desumaniza sistematicamente pessoas negras.

[...] Não temos um problema do negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até mesmo a morte, para o outro [...] (BENTO, 2022, p. 15).

Compreendemos, sob essa ótica, que o racismo é a base estrutural da sociedade brasileira em consonância com Abdias Nascimento (2016), Silvio Almeida (2018), Cida Bento (2022) e Achille Mbembe (2018). A economia, política, ciência, cultura são atravessadas por intermédio da forma sistemática de discriminação a qual tem a raça como fundamento. Portanto, os impactos dessa estrutura social foram diretamente reverberados nos corpos de pessoas negras e indígenas – as quais são construídas pelo meio coletivo na mesma medida em que o transformam – assim como nas feridas que se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país.

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção [...] (ALMEIDA, 2018, p. 50).

A população negra, factualmente exposta a estas violências – subjetivas e materiais –, piores condições de saúde, trabalho, moradia, desrespeito, falta de dignidade e reconhecimento, ao qual estas estatísticas, isoladamente, já seriam geradoras de adoecimento, mas somadas tornam-se insustentáveis, ocasionando um quadro de sofrimento psíquico histórico e estrutural. Nesta análise social, a Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada na área da Patopsicologia, criada por Bluma Zeigarnik, compreende que o adoecimento é um processo de desorganização e/ou desintegração do psiquismo, investigando quais processos quantitativos e qualitativos ocasionaram esse quadro de adoecimento, ao contrário da Psiquiatria tradicional, em que busca apenas as relações causais dela, seus sintomas biológicos. Por trás dessa desintegração, há alterações na formação da personalidade, surgimento de necessidades e motivos patológicos, alteração na hierarquia dos motivos, alteração nas formas de percepção, memorização e pensamento, inclusive na construção de significados, entre outros (ZEIGARNIK, 1979, *apud* SILVA, 2021).

Diante de que estes adoecimentos são decorrentes dos processos desintegradores ao qual foram internalizados a partir de uma realidade material, portanto é na sociedade, por meio das relações sociais e culturais, ao qual desenvolveu-se esse sofrimento psíquico (SILVA, 2021). Tais relações também tem potencialidade em destruir as necessidades sociais ou as possibilidades de satisfação delas (como o trabalho, o lazer e o estudo), que podem ser debilitadoras do psiquismo, a partir de normais sociais vigentes e opressoras, competição destrutiva, relações interpessoais pouco afetivas ou que se rompem, discriminação, processos de alienação, dentre outros (SILVA, 2022). Assim, sob princípios do materialismo histórico-dialético, o adoecimento psíquico é constituído histórico e socialmente, a partir do momento em que o ser humano torna-se um ser social no interior de suas relações sociais. Quando estas relações são reprodutoras de

violências e opressões estruturais, as possibilidades de desenvolvimento pleno da personalidade e consciência encontram-se desintegradas.

[...] Os sintomas não são expressões arbitrárias de distúrbio psicológico. Tem raízes em valores, crenças, autodefinição, emoções e motivos. Toda a experiência com a doença está saturada de significação cultural e expressa o caráter social da consciência (RATNER, 1995, p. 234, *apud* SILVA, 2022, p. 102).

Diante de toda esta discussão, Bock (2003) explicita que a tradição da Psicologia no Brasil, apesar dos avanços pelo período de redemocratização, ainda tem sido marcada pelo compromisso com as elites e se constituído como uma ciência/profissão para o controle, a categorização e a diferenciação, tudo isto fruto das bases sócio-históricas de sua fundação no período colonial. Portanto, nossa responsabilidade científica emerge não apenas pela herança ancestral, mas também como um movimento de ocupar espaços historicamente negados, na perspectiva de representar corpos sistematicamente silenciados, negligenciados e desumanizados, com o intuito de não virar de costas para as mazelas sociais originadas pelo colonialismo e perpetuadas pelos filhos dele.

Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo (ALMEIDA, 2018, p. 57).

Então, a partir disto, é fundamental o indagamento: pela análise sócio-histórica do colonialismo enquanto elemento constituinte da sociedade brasileira, quais são os impactos do racismo na saúde mental da população negra na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural? Propomo-nos, então, discutir à luz da Psicologia Histórico-Cultural os impactos produzidos pelo racismo estrutural na saúde mental da população negra no Brasil, bem como sob essa ótica, buscaremos suscitar reflexões sobre as relações entre as estruturas sociais e a subjetividade dos indivíduos, destacando como o racismo histórico e contemporâneo influencia os processos psicológicos da população negra.

Para isto, a metodologia utilizada para a construção deste trabalho possui caráter qualitativo e quantitativo, de natureza básica, com objetivo exploratório,

realizada a partir de uma revisão bibliográfica contemplando as bases teórico-metodológicas de materiais já publicados, como artigos científicos, dissertações de mestrado/doutorado e livros, produções essas oriundas da Psicologia Histórico-Cultural articulados com estudos que contemplam o Brasil, o processo de escravização e os impactos advindos do racismo estrutural na psique. Então, no presente estudo, serão apresentadas as contribuições significativas de Lev Vigotski e Bluma Zeigarnik, autores clássicos da Teoria Histórico-Cultural, bem como de autores contemporâneos como Abdias Nascimento, Cida Bento e Silvio Almeida.

2. Desenvolvimento

Sob a luz das teorias produzidas por Abdias Nascimento, Cida Bento e Silvio Almeida, compreendemos o racismo como basilar na construção sócio-histórica brasileira e entrelaçado nas produções dos autores. Especificamente no livro “Racismo Estrutural”, Almeida defende a ideia de que tal categoria atravessa todas as esferas – sociais, econômicas, políticas, culturais, psicológicas – e, de forma sistemática, produz condições para que pessoas racialmente identificadas sejam discriminadas. Dessa forma, o modus operandi do nosso contexto social, por si só, pode impactar a saúde mental de pessoas negras, as quais historicamente são identificadas como “irracionais, feias, ruins, sujas, sensíveis, exóticas, etc” segundo Neusa Santos (1983).

Na produção de Abdias Nascimento, observa-se que o desenvolvimento e manutenção do racismo como estrutural é, antes de tudo, um processo histórico que define os limites da humanidade entre as pessoas; é o racismo que constitui a ideia de raça. No Brasil, segundo Abdias, a escravidão marcou os lugares sociais que se exibem ao olhar mais superficial sobre a realidade brasileira, os quais foram conservados por intermédio de tecnologias como a Eugenia, o Branqueamento Racial e o Embraquecimento Cultural, desenvolvidos com aval de todas as categorias sociais para legitimar as atrocidades produzidas contra pessoas negras. Assim, o “*Genocídio do Negro Brasileiro*” lembra-nos que as mazelas do período colonial ainda são reverberadas nos ditames contemporâneos, as quais podem atravessar os indivíduos e, com isso, produzir impactos simbólicos na saúde mental.

Eu era a um só tempo responsável pelo meu corpo, pela minha negrura e pelos meus ancestrais. Eu me percorri com um olhar objetivo, descobri minha negrura, meus traços étnicos - e então me arrebetaram o tímpano com a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais e os negreiros (FANON, 1951, p. 127).

Diante desta análise e pesquisa teórica, foi constatado que o racismo é, para além de um sofrimento histórico e coletivo, é uma ideologia de abrangência ampla, complexa, sistêmica, violenta, que penetra e participa da cultura, da política, da economia, da ética... da vida subjetiva, vincular, social e institucional das pessoas negras (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, p. 10). Estas violências, perpetuadas na sociogênese da sociedade brasileira e seu imaginário subjetivo, constrói identidades e modos de vida caracterizados como “ideais”. Dentro desta discussão, Silva (2007, 2012 *apud* SILVA, 2022, p. 103) defende que a alienação, na análise materialista histórico-dialética, é um processo determinante do adoecimento, pois ao promover a cisão no indivíduo, ocasiona o estranhamento dele com ele mesmo e com as possibilidades humano-genéricas (SILVA, 2022). Tal estranhamento pode expressar um confronto entre uma idealização de quem o indivíduo gostaria de ser e quem é de fato; entre uma idealização de quem ele é, quem gostaria de ser e o que se espera socialmente dele (e pode-se colocar a mesma relação para suas ações); e também em relação às próprias capacidades, seja subestimando-as, seja superestimando-as (SILVA, 2022). Tal confronto pode ocasionar desconforto, conflitos, angústias e ansiedade, que fazem o indivíduo sofrer, e pode chegar a uma condição patológica, a depender das condições objetivas e subjetivas para tal enfrentamento ou resistência, dificultando ou impossibilitando que ele reconheça tais aspectos e suas mediações constitutivas.

A população negra, por não ser contemplada na ideação do ser humano ideal padronizado – a figura do “branco” –, perpassa pelo desenvolvimento, interiorizante, da construção de um sentimento de inferioridade, juntamente à culpa, por não responder a este suposto ideal, como consequência desta alienação. Cotidianamente expostos às micro agressões, construídas por estigmas sociais durante a época da escravidão, – textura do cabelo, cor de pele, perseguição em estabelecimentos, pré-julgamentos, desvalorização, violência policial, racismo institucional, etc. – nas diversas áreas do convívio social, mesmo que de forma inconsciente, produz sentimentos de auto-ódio, entrando em um processo de

desintegração de sua personalidade, seja negando suas raízes sócio-históricas, seja aproximando dos ideias do grupo dominante, em busca de “embranquecer-se”.

Como uma tentativa de fuga deste lugar inferiorizado, pode ocorrer uma pressão interiorizada em estar constantemente nos espaços de prestígio social, na tentativa de reafirmar suas “qualidades” pessoais, independente de sua raça e ou condição social, podendo ocasionar quadros de Burnout. Ou, pode acarretar em um agravamento deste sofrimento, ao ponto de gerar quadros de adoecimento e transtornos mentais, como baixa auto-estima, depressão, etc., e a máxima expressão deste sofrimento estaria relacionado ao ato de auto-extermínio, o suicídio. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, aproximadamente 4.500 homens negros morreram por suicídio no último ano, representando cerca de 75% dos suicídios masculinos no país. E, dados no ano de 2018 em uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde e pela Universidade de Brasília (UnB), mostraram que cerca de 12 mil pessoas tiram a própria vida e, dentre elas, jovens pretos são o maior número, segundo pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS). O risco de suicídio entre jovens negros do sexo masculino entre 10 e 29 anos é 45% maior do que entre jovens brancos da mesma faixa etária, revelando de forma concreta a influência do racismo e suas violências no incentivo à prática por esse grupo socialmente minoritário.

Para além disto, Maria Lúcia (*apud* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, p. 12), ressalta que as violências do racismo são como um “ato de terror que provocam perturbações cotidianas em pessoas negras”, pois o sujeito negro vive em constante estado de tensão emocional permanente, protegendo-se de um ataque que pode surgir a qualquer hora e em qualquer lugar, podendo gerar quadros de angústia e ansiedade frequentes devido ao opressões cotidianas racistas. Essa situação pode causar diversos transtornos físicos e psíquicos às vítimas, incluindo taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dentre outros (SILVA, 2005, p. 108).

No Plano de Juventude Negra Viva, lançado em 2024 pelo Ministério da Igualdade Racial, é discutido coletivamente com a juventude preta como os impactos do racismo na saúde mental se expressam em diversas nuances, tanto no aumento dos casos de depressão e ansiedade na juventude, quanto no constante medo de ser morto pela polícia ou ainda nos altos índices de suicídio; os sentimentos de não pertencimento, exclusão e não aceitação de si mesmo por parte

do próprio adolescente/jovem, são fatores que também aumentam o risco de suicídio, e que estão diretamente ligados à violência racial cotidiana:

Crescendo em uma sociedade que ridiculariza e demoniza a negritude, a pessoa negra é levada a negar sua identidade racial e buscar de forma irracional se adaptar ao padrão imposto. No entanto, como alcançar este padrão é impossível para não-brancos, geram-se crenças persistentes de inadequação, desvalor, desamor e impotência, que são associadas a depressão e diferentes transtornos de ansiedade (BRASIL, 2024, p. 240)

O racismo, incorporado nas estruturas sociais, incluindo instituições políticas, educacionais, de saúde e diferentes equipamentos do Estado, causam acesso e tratamentos desiguais, todas estas sendo possíveis determinantes causadoras de sofrimento psíquico. Entretanto, no Brasil não existem dados estatísticos, nem políticas públicas, sobre a prevalência/mapeamento dos transtornos mentais na população negra, o que se deve a dois fatores: primeiro, a não coleta por parte dos profissionais da saúde do quesito cor na ficha dos usuários dos serviços e, segundo, quando coletado, a não análise desses dados pelo Ministério da Saúde através do DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SILVA, 2005, p. 108), representando a perpetuação desta violência a partir da omissão do Estado e suas instituições em mapear e categorizar tais dados estatísticos, e a perpetuação do ideal da Democracia Racial na não identificação do racismo enquanto um determinante social de saúde.

Em um estudo sistematizado feito por Smolen & Araújo (2017), os autores reforçam esta percepção de poucos estudos ao qual se analisam a relação raça/cor da pele e saúde mental no Brasil. Portanto foi feita uma revisão sistemática da literatura publicada nas plataformas PubMed e Lilacs; é identificado que a exposição ao estresse ocasionado pelas discriminações e micro agressões pode ser desencadeador de transtornos mentais, e que existe uma maior prevalência de transtornos mentais nas pessoas não-brancas.

Raça pode influenciar a exposição ao estresse por dois caminhos: 1) estresse ligado à estrutura social, status social e papéis sociais, e o estresse causado pelo fato de que a raça é uma posição socioeconômica; 2) o estresse ligado às experiências de discriminação e racismo (Williams *et al. apud* Smolen & Araújo, 2017).

Os dados constatados nesta pesquisa, mostraram que: nos estudos sobre depressão na população geral, um reportou prevalência por raça/cor da pele e

achou uma prevalência maior nos grupos de não brancas (morena: 12,0%, mulata: 15,7%, e preta: 11,2%) em comparação com pessoas brancas (9,4%). Um dos estudos sobre Transtornos Mentais Comuns (TMC) achou uma prevalência maior entre as pessoas negras (51,6%) do que entre as pessoas brancas (37,0%), mas uma prevalência menor entre as pessoas pardas (32,8%). Sintomas de depressão foram vistos mais em mulheres negras (52,8%) do que mulheres brancas (42,3%). Nos idosos, a prevalência de sintomas depressivos ou morbidade por depressão foi significativamente maior em não brancos que em brancos. Essa conclusão não foi universal na literatura, mas as análises multivariadas que acharam associações estatisticamente significantes foram quase todas na direção positiva entre a raça/cor não branca e transtornos mentais.

Então, os autores afirmam que há necessidade de maior exploração científica para a obtenção de evidências mais firmes, pois a maioria destes estudos foram construídos em Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e para além disso, a categorização de raça/cor da pele foi diferente entre os estudos, e essa falta de padronização dificulta a análise dos resultados; alguns estudos usaram uma categorização binária de branca e não branca, e outros incluíram categorias a parte para mulata ou morena. Estes dados estatísticos coletados, apesar de escassos e não padronizados, ainda assim representam, na análise materialista histórico-dialética, um fragmento da concretização das expressões da questão social no capitalismo, e especificamente relacionado ao racismo e violência contra as pessoas negras.

3. Conclusão

O racismo enquanto fundante da origem da sociedade brasileira, tem seus impactos tanto na realidade material pelas desigualdades sociais, como também na realidade subjetiva dos seres sociais, a partir da construção do “negro” enquanto uma identidade social inferior á branquitude. Diante disto, o sujeito branco, ao ver o negro como um “não ser humano”, se sente livre em reproduzir violências, e o sujeito negro, posto neste lugar socialmente inferior, constitui o desenvolvimento de sua consciência e sua personalidade, mediados por relações sociais violentas, interiorizando estes discursos da ideologia racistas, podendo ocasionar quadros de adoecimento psíquico.

Falar sobre o racismo, portanto, é mais que apontar a raiz das desigualdades sociais de pessoas racializadas, mas é também evidenciar as complexidades e conflitos psíquicos ocasionados por ele, pois, a partir desta estrutura, há a deturpação da identidade social do “negro”, ao qual prejudica sua saúde mental e afeta sua auto-estima. Como bem nos assegura Veiga (2019), quando nos limitamos a conceituações brancas e europeias sobre a discussão de saúde mental e sofrimento psíquico, deixamos de contemplar, no contexto brasileiro, mais de 50% da população do país (pretos e pardos); neste modelo colonial, a subjetividade da população preta é ocultada nas discussões acadêmicas das graduações de Psicologia, e os efeitos disso são o não entendimento dos impactos da violência racial na subjetividade destes corpos, parte dos mecanismos oriundos do pacto da branquitude.

4. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOCK, A. M. B. **Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites.** In *Psicologia e Compromisso Social* (p. 15-28). Cortez, 2003.
- BENTO, Cida. **Pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Plano Juventude Negra Viva.** Ministério da Igualdade Racial. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva>>. Acesso em: 21 out. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os.** Brasília, CFP, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.
- GONÇALVES, M. Mendes. **O Racismo, Sofrimento e Adoecimento Psíquico sob o Paradigma Histórico Cultural da Subjetividade.** In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E SUBJETIVIDADE, 2019, Brasília. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em:

<<https://proceedings.science/sneqs-2019/trabalhos/o-racismo-sofrimento-e-adoecimento-psiquico-sob-o-paradigma-historico-cultural-d?lang=pt-br>> Acesso em: 21 Out. 2024.

LUCCI, Antônio M. **A proposta de Vygotsky: A psicologia sócio-histórica**. Revista de currículum y formación del profesora. PUC-SP, São Paulo, 2006.

MATSUMOTO, Adriana Eiko; AMARAL, Marcos Martins. Psicologia, marxismo, relações raciais e de gênero: contribuições da psicologia sócio-histórica a partir da categoria “dimensão subjetiva da realidade”. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e021019, 2021. DOI: 10.20396/cemarx.v14i00.15371. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15371>. Acesso em: 14 set. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTOS, T. A. DOS. et al.. **O MATERIALISMO DIALÉTICO E A ANÁLISE DE DADOS QUANTITATIVOS**. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 27, n. 4, p. e0480017, 2018.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVA, F. G. **Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética**. Curitiba: Appris, 2022.

SILVA, F. G. **O adoecimento psíquico na psicologia histórico-cultural: a patopsicologia**. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 25, n. 2, ago. 2021. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/71721>>. Acesso em: 28 set. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/riep.v25i2.71721>.

SILVA, M.A.S.DA.; TULESKI, S.C. **Patopsicologia Experimental: Abordagem Histórico-Cultural para o entendimento do sofrimento mental**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 20, n. 4, p. 207-216, out. 2015.

SILVA, M. Lúcia. *In*. BATISTA, L. EDUARDO; KALCKMANN, Suzana. **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004**. Instituto de Saúde, São Paulo, 2005.

SMOLEN, J. R.; ARAÚJO, E. M. DE. **Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 12, p. 4021–4030, dez. 2017.

TUBAMOTO, T. Fernanda. **Racismo e exclusão: jovens negros são principais vítimas de suicídio.** Estado de Minas, 2022. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/09/08/noticia-diversidade,1391718/racismo-e-exclusao-jovens-negros-sao-principais-vitimas-de-suicidio.shtml>>.

Acesso em: 18 set. 2024.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. spe, p. 244–248, dez. 2019.